



A Condsef/Fenadsef vai realizar seminário sobre movimento sindical no pós-pandemia

A Condsef/Fenadsef vai realizar no próximo dia 09 de dezembro, o seminário “OS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL NO MUNDO PÓS-PANDEMIA”, pela plataforma Zoom, das 9 às 13h e das 14:30 às 18:30h.

O seminário terá como público alvo os integrantes dos Departamentos Setoriais da Condsef/Fenadsef, além dos dirigentes sindicais das suas filiadas, que poderão indicar até 10 (dez) participantes.

O webinar terá o seguinte tema: A conjuntura e as propos-

tas de reforma sindical em discussão no Congresso Nacional; Diagnóstico e ações das filiadas frente às medidas do governo; O futuro dos sindicatos ou os sindicatos do futuro: perspectivas para a organização dos servidores públicos Federais.

A Confederação objetiva com o evento discutir a queda da taxa de sindicalização e formular políticas de organização sindical, no setor público federal, especificamente na sua base da, na luta pela sobrevivência dos respectivos sindicatos, bem como, propor medidas de re-

sistência e fortalecimento da representatividade e, conseqüentemente, a defesa dos serviços públicos como instrumento de direitos e inclusão das populações, e dos servidores públicos nas condições de agentes executores das ações estatais.

Outro ponto do Seminário é a discussão da conjuntura nacional; a reforma sindical; fazer um diagnóstico das entidades e suas reações e ações contra as medidas antissindicais do governo.

Reitoria e oito campi do IFMA suspendem atividades presenciais

COMUNICADO

confira

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) comunica que a Reitoria e mais oito campi terão suas atividades presenciais temporariamente suspensas como uma medida de prevenção contra o avanço da Covid-19. Essas unidades estão recebendo serviços de sanitização e

desinfecção de ambientes.

Na semana passada, servidores apresentaram sintomas da doença e alguns já tiveram diagnóstico confirmado. O reitor Carlos Cesar Ferreira está internado e aguarda o resultado do exame laboratorial. Já o pró-reitor de Ensino Maron Gomes testou positivo esse fim de semana.

Reforçamos à comunidade a necessidade de respeitar as recomendações das autoridades sanitárias sobre o uso de máscara, higienização de mãos e distanciamento

social.

Veja abaixo as unidades e o período de suspensão do funcionamento presencial:

- Reitoria – 30/11 a 04/12
- Açailândia – 02/12 a 11/12*
- Alcântara – 30/11 a 07/12
- Carolina – 30/11 a 04/12
- Pinheiro – 30/11 a 04/12
- São João dos Patos – 30/11 e 01/12
- São Luís – Maracanã – 30/11 a 04/12
- Timon – 30/11 a 11/12
- Viana – 14/12 a 18/12

Fonte: IFMA



OIT recomenda ao governo brasileiro ter diálogo com o movimento sindical



Ao analisar queixa de centrais sindicais brasileiras e da ISP, federação global do serviço público, o Comitê de Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sugere ao governo brasileiro que consulte os movimentos. Destaca também a importância do princípio do diálogo social. A reclamação dos sindicalistas refere-se a descumprimento da Convenção 151 da própria OIT, que prevê direito à organização e à negociação coletiva no setor público. Foi ratificada pelo Congresso em 2010.

Já a recomendação da OIT foi publicada em relatório do Committee on Freedom of Association – o Informe 392 do colegiado saiu em novembro. A reclamação havia sido protocolada em dezembro de 2018. Centrais e ISP apontavam ataques à organização, suspensão do pagamento de mensalidades e revogação de planos de cargos sem diálogo prévio, entre outras ações antissindicais.

Questionado, o governo, por sua vez, alegou que aguarda a aprovação de projeto de lei em tramitação no Senado, para estabelecer regras de negociação coletiva na administração pública. De sua parte, o Comitê sugeriu que, enquanto isso não acontece, o governo busque diálogo com as entidades sindicais. De autoria do senador Antonio Anastasia (PSD-MG), o PL 711/2019 tem como relator Jaques Wagner (PT-BA).

Esforço zero

Mas Antonio Fernando Megale, advogado da ISP no Brasil, afirma que esse projeto tem praticamente o mesmo teor do PL 3.831/2015, vetado na íntegra, em 2017, pelo então presidente, Michel Temer. E observa ainda que o atual governo não esboça qualquer iniciativa para fazer tramitar o PL 711.

Ele contesta alegação do governo de que haveria necessidade de regulamentação da negociação coletiva. Segundo ele, artigos da própria Convenção 151 já estabelecem a imediata aplicação, abrindo diálogo sempre que solicitado pelos representantes sindicais. “E sabemos que isso não vem acontecendo. Para citar um exemplo, temos a extinção, em 2019, da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS pelo presidente Jair Bolsonaro

sem nenhum tipo de diálogo ou negociação”, cita o advogado.

Reforma administrativa

A secretária sub-regional da ISP no Brasil, Denise Motta Dau, disse que a entidade vai atualizar o Comitê de Liberdade Sindical sobre o “autoritarismo” nas relações de trabalho. Não há, segundo ela, qualquer tipo de diálogo social ou consulta. “O principal exemplo desse autoritarismo é a tramitação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 32 sobre a, em tese, ‘reforma administrativa’, que desmonta o Estado brasileiro, extermina direitos trabalhistas do setor público com fortes impactos negativos para o acesso e qualidade dos serviços prestados à população, e que foi apresentada ao Congresso Nacional sem nenhuma negociação prévia com as entidades sindicais.”

Assinam a queixa várias entidades do setor público brasileiro filiadas à ISP – a federação reúne 700 organizações de 154 países, com 30 milhões de trabalhadores. E também CTB, CSB, CSP-Conlutas, CUT, Força Sindical, Intersindical, Nova Central e UGT.

Fonte: CUT